

**O cotidiano familiar e a construção do *habitus* no meio rural
tocantinense**

Family daily life and the construction of *habitus* in rural Tocantins

Renata Rauta Petarly

renatapetarly@mail.uft.edu.br

Professora da Universidade Federal do Norte do Tocantins -UFNT.

Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins-UFT

RESUMO

Esse artigo tem o objetivo de apresentar um esboço do cotidiano familiar tocantinense, a partir do estudo do espaço social da agricultura familiar de um município. O levantamento de dados se deu a partir de questionários com 41 famílias. A base teórica é a teoria bourdieusiana e chayanoviana. Os resultados analisados a partir da Análise de Correspondência Múltipla apontaram para a existência de dois habitus que distinguem e posicionam as famílias no espaço social da agricultura familiar e suas distinções são percebidas a partir do acesso à educação, inserção dos filhos do espaço do trabalho e o posicionamento das mulheres nas unidades produtivas familiares.

Palavras-Chave: Agricultura familiar; Tocantins; Divisão sexual do trabalho.

ABSTRACT

This article aims to present an outline of the family's daily life in Tocantins, based on the study of the social space of family farming in a municipality. Data collection was based on questionnaires with 41 families. The theoretical basis is bourdieusian and chayanovian. The results analyzed from the Multiple Correspondence Analysis pointed to the existence of two habitus that distinguish and position families in the social space of family farming and their distinctions are perceived from the access to education, insertion of children in the work space and the positioning of women in family production units.

Keywords: Family farming; Tocantins; Sexual division of labor.

Introdução

Esse artigo tem o objetivo de apresentar um esboço do cotidiano familiar rural do Tocantins descrevendo características que demonstram a construção de um *habitus* comum ao espaço social rural da agricultura familiar, tendo como base os meios de vida das famílias do município de Wanderlândia, localizada na região norte desse estado. Meu intuito não é generalizar os meios de vida dessas famílias acreditando que eles se repetem em todos os cantos do interior do Tocantins. A tentativa desse estudo é demonstrar como essas famílias se organizam no espaço social, como se estruturam e se reproduzem socialmente a fim de criar indicativos de uma realidade comum ou distante das outras regiões do estado.

O pano de fundo teórico é o conceito de campesinato de Alexander Chayanov (2014) e de construção de *habitus*, de Pierre Bourdieu (1989). Como ambos autores apresentam uma realidade do espaço rural distinta da realidade vivenciada no Brasil, também apresentarei estudos diversos que se basearam em ambas teorias, mas que a adaptaram à realidade rural brasileira. O ponto de partida desse ensaio é o de compreender, também, a dualidade existente no meio rural e que precisa vir à tona para se analisar como se dão as relações sociais estabelecidas nesse espaço. Assim, apresentarei a relação que as famílias estabelecem com o espaço urbano do município e com a divisão geracional e de gênero do trabalho existente no interior das unidades produtivas familiares.

Ainda são incipientes os estudos rurais que se dedicam a compreender o espaço social da agricultura familiar tocantinense a partir da compreensão do rural como um espaço de vida. Os estudos realizados se dedicam a compreender os assentamentos de reforma agrária, as comunidades quilombolas, indígenas e os reassentados dos grandes empreendimentos hidrelétricos. Quando analisam a agricultura familiar, o fazem sob o olhar de seus empreendimentos ou de sua organização política e social (CARVALHO e PEDROSO NETO, 2016; RIBEIRO e FINCO, 2015; SEGURA, RODRIGUES e CASTRILLON, 2016). Nesse sentido, esse estudo se dedica a preencher uma lacuna que desvenda qual é o espaço social da agricultura familiar de um município, tendo como objeto as famílias que acessaram as políticas públicas de inclusão produtiva, em específico o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) por mais de um ano consecutivo.

Importante destacar que esse estudo faz parte de uma tese de doutoramento defendida em 2021 e teve sua pesquisa de campo realizada entre 2019 e 2021. Ela foi realizada tanto com informantes-chaves, quanto com os membros das famílias de agricultores familiares que acessaram o PAA e/ou o PNAE. O questionário com questões abertas e fechadas foi utilizado com o intuito de caracterizar o grupo de famílias pesquisadas de acordo com seus traços gerais (TRIVIÑOS, 2009). O delineamento desses é necessário para construir a morfologia do grupo estudado, com o intuito de localizar as famílias no espaço social ao qual estão inseridos. Para essa etapa foi realizado um levantamento de todos os titulares dos projetos acessados pela prefeitura de Wanderlândia (um projeto no ano de 2013 e outro no ano de 2015) e pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (2015 a 2018)¹. Foram identificados e analisados os seguintes itens: a) o questionário para mapeamento do substrato populacional do grupo de famílias pesquisadas, levando em consideração informações econômicas (como renda total auferida da propriedade, extensão e titularidade da terra; diferentes fontes de renda; participação de empreendimentos coletivos de acesso aos mercados), sociais (sobre a composição familiar, escolaridade dos membros da família, origem demográfica dos membros adultos, raça e idade) e produtivas (com os itens produzidos, canais de comercialização e fontes de financiamento), o questionário também abordará sobre temas como divisão do trabalho produtivo e doméstico entre os membros da família e sobre a divisão de tarefas relativas à gestão burocrática e financeira dos programas acessados, levando em consideração o período recente e o período anterior ao acesso das famílias nesses programas governamentais.

Como metodologia para análise dos dados dos questionários, optou-se pela Análise de Correspondência Múltipla (ACM). A opção por um procedimento estatístico permite que a coleta de dados e a compreensão detalhada na trajetória dos indivíduos e suas famílias reduzam a possibilidade de enviesamento das interpretações geradas por determinados posicionamentos de cada família no campo social (LEBARON, 1996). Para

¹ Alguns critérios foram considerados para a delineamento da população que participaria dessa etapa: ter entregado a produção por um ano ou mais; sua propriedade rural ser localizada no município de Wanderlândia; residir dentro dos limites geográficos do município; não considerar cadastros repetidos de uma mesma pessoa; não utilizar mais de um cadastro por unidade produtiva familiar. Foram identificados 48 cadastros. À ida ao campo ainda fez com que 7 famílias não participassem da pesquisa¹. Após esses delineamentos, a população que respondeu ao questionário foi de 41 famílias.

a realização da ACM, foi utilizado o software Coheris Analytics Spad (SPAD) que resultou na apresentação de 17 eixos, com taxa modificada de Benzecri totalizando em 71,3% nos dois primeiros eixos, sendo 30,7% no primeiro, 24,1% no segundo eixo e 16,6% no terceiro eixo. Seguindo o “método de contribuições” (BONNET, LEBARON e LE ROUX, 2015), foi analisado apenas as categorias que contribuíram com o eixo e com a inércia geral acima da média, ou seja, $100/396 = 0,25$.

Referencial teórico: O conceito de espaço social e de habitus

O ponto de partida para se compreender a proposta teórica de Bourdieu é apreender que a realidade social é relacional. Isso posto, têm-se que só é possível compreender o comportamento humano ou as práticas sociais a partir das relações que elas estabelecem dentro de um campo que determina e que é determinado pelo *habitus* do grupo no qual as relações se estabelecem (BOURDIEU, 2008).

O espaço social global é definido por Bourdieu (2001) como uma “estrutura de justaposição de posições sociais, ou seja, definidas como posições na estrutura de distribuição de diferentes espécies de capital” (BOURDIEU, 2001, p. 164). A construção desse espaço social é realizada de tal modo que o que determina a organização e alocação dos agentes dentro desse espaço são “dois princípios de diferenciação”: os capitais econômico e cultural (BOURDIEU, 2008, p. 19). Como o que localiza os agentes são as propriedades (ou a ausência delas) que possuem, uma propriedade é sempre localizada em relação à propriedade do outro. Isso significa dizer que as distâncias espaciais entre os agentes são também as distâncias sociais vivenciadas por eles. Essa estrutura também pode ser compreendida como um espaço de interação e de interseção entre os diferentes campos, que transformam esse espaço social em um campo de forças, onde os agentes se relacionam e exercem relações de força uns sobre os outros e utilizam, para isso, meios e fins diferenciados que são determinados por sua posição nesse campo. Importante destacar que nenhuma dessas classificações ou posicionamentos ocorre de maneira intencional pelos agentes. Essas disposições atuam sobre os indivíduos como uma força externa que se impõe sobre as relações sociais e que são pré-reflexivas no direcionamento de ações nos agentes (BOURDIEU, 1989; 2008).

É importante ressaltar que, por possuir essas características, o *habitus* também se concretiza como determinante dos esquemas classificatórios que direcionaram as visões de mundo e as divisões morais da subjetividade dos agentes. Esses esquemas garantem

que um determinado grupo possua signos distintivos de outros grupos que, por serem relacionais, acabam por entrar em conflito e se posicionam como em um campo de forças (BOURDIEU, 2008). Em suma, é possível compreender que o espaço social é um espaço de relações em que é possível localizar cada agente a partir da sua aproximação com outros agentes (a partir dos princípios classificatórios utilizados). O autor explica que “o conhecimento da posição ocupada neste espaço comporta uma informação sobre as propriedades intrínsecas (condição) e relacionais (posição) dos agentes” (BOURDIEU, 1989, p. 136). Ou seja, a mudança de lugar dentro desse espaço sempre levará em consideração aspectos relacionados ao trabalho, ao tempo e, principalmente, às relações sociais estabelecidas, que podem reforçar a posição ou alterá-la dentro do espaço. Além disso, “a posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles” (BOURDIEU, 1989, p. 134). É válido afirmar que o agrupamento de agentes no espaço social não deve deixar de lado as semelhanças econômicas e culturais que são fundamentais na conformação de seus *habitus*. No entanto, não é impossível utilizar outros princípios de divisão entre os agentes que ultrapassam esses dois, como por exemplo, as características étnicas, geracionais ou de identidade de gênero (BOURDIEU, 1989).

O que apenas tende a unificar, mas não homogeneíza os *habitus* individuais das pessoas dentro do campo, são as trajetórias sociais singulares às quais esses indivíduos vivenciaram durante sua vida (BOURDIEU, 2013). Pode-se dizer que, ao incorporar o *habitus* ou novas formas comportamentais dentro do campo, cada indivíduo (por possuir uma trajetória única) interioriza e exterioriza o *habitus* de maneira diferente. Essa noção de trajetórias sociais “correspondem séries de determinações cronologicamente ordenadas e irredutíveis umas às outras” (BOURDIEU, 2013, p. 100), que estrutura e é estruturada por experiências anteriores e que influencia o indivíduo a partir de seus critérios de seleção.

A partir dessa lógica, é possível compreender que o *habitus* é resultado de um conjunto de condições de existência, uma estrutura estruturada que antecipa práticas, cria uma estrutura de representações e sua composição é coletivamente orquestrada (BOURDIEU, 2013). Ou seja, seu funcionamento produz práticas determinadas pela antecipação de suas consequências, sendo, assim, reprodutoras das estruturas as quais são

seu produto (BOURDIEU, 2002). É o *habitus* que explica porque tomamos determinada atitude, escolhemos determinada ação e antecipamos determinadas consequências e é através dele que reproduzimos as estruturas nas quais estamos inseridos e das quais somos produtos. Ele é uma matriz de percepções, de apreciações e de ações que refletem o comportamento do grupo social no qual estamos envolvidos e ao qual nos relacionamos no interior da estrutura social (BOURDIEU, 2002; 2008). É devido a ele que, ao tomar uma decisão, os indivíduos também levam em consideração experiências vivenciadas no passado, ao invés de calcularem apenas os ganhos imediatos, por exemplo. Por se constituir de uma “história incorporada”, o indivíduo não identifica o mesmo como tal, portanto, apesar do *habitus* ser absorvido como fato natural, biológico e determinado, é ele que permite que as práticas sociais possuam certa independência relativa às determinações exteriores do momento vivenciado (BOURDIEU, 2013, p. 93). De maneira inconsciente, esse senso prático sobre como agir exerce na individualidade de cada um e permite que o indivíduo saiba como se comportar sem que, para isso, precise de indicações ou repreensões (BOURDIEU, 2001). Têm-se, inclusive, que a maior influência sofrida no comportamento é aquela que, por estar inculcada no indivíduo, não se percebe (BOURDIEU, 2002).

Ao levar em consideração suas experiências passadas, a ação individual acaba por se repetir dentro dos mesmos contextos sociais, levando, assim, a manutenção de certas práticas, valores e atitudes ao longo do tempo. A repetição não é resultado do determinismo, por exemplo, mas sim pela manutenção do *habitus*. Como o *habitus* é orquestrado coletivamente, ou seja, ele é construído por meio das relações sociais dentro de um espaço social em que as relações de poder se organizam, as ações individuais se solidificam através das pressões e limites impostos socialmente para a garantia da manutenção daquele *habitus* (BOURDIEU, 2013).

No que diz respeito à incorporação das estruturas pelos indivíduos, Bourdieu (2002) explica que, desde a infância, as crianças, ao imitarem o comportamento dos adultos, estão aprendendo uma série de práticas. Essa incorporação de práticas é racionalmente ensinada pelos adultos que também ensinam a essas crianças um comportamento que devem ter, que seja, dentro dessa racionalidade, aceita perante a sociedade. É a partir de um trabalho pedagógico que se habitua um corpo a deixar de ser selvagem para se tornar um corpo estruturado. Essa estruturação dos corpos, inclusive, faz com que suas “marcas” sexuais sejam elementos constitutivos na explicação da

divisão sexual do trabalho perpetuada desde as sociedades tradicionais. Assim é, por exemplo, o convívio com o pai e com a mãe que interioriza nas crianças os sistemas de divisão sexual do trabalho. O conflito geracional, outro exemplo, não é apenas um conflito entre pessoas de idades diferentes, mas, sim, o reflexo da incompatibilidade entre *habitus* que foram produzidos por diferentes elementos em diferentes épocas, contextos e sistemas de classificações distintos (BOURDIEU, 2002).

Tendo em vista que o *habitus* de cada indivíduo é resultado de um processo singular de suas trajetórias sociais pessoais, a estrutura que determina o *habitus* também é estruturada pelas escolhas desse indivíduo. Se sua escolha de trajetória é efetuada a partir do seu processo histórico de vivências junto a outros indivíduos, não é possível desvincular o conceito de *habitus* de estrutura estruturante e estruturada que direciona o comportamento de grupos dentro de uma estrutura (BOURDIEU, 2013). Ao mesmo tempo, ações coletivas são produtoras do acontecimento que produziram, visto que essas ações são resultado de uma conjuntura objetiva, ou seja, um conjunto de disposições e de algum acontecimento objetivo, e podemos afirmar também que, por compartilharem de uma mesma conjuntura, os indivíduos que viveram nas mesmas condições objetivas tendem a ser suportes dos mesmos *habitus*. Por esse motivo, ao serem analisados diferentes grupos sociais, é necessário que essa compreensão se dedique às relações estabelecidas entre os diferentes *habitus* desses grupos (BOURDIEU, 2002).

É ainda possível destrinchar a ideia de *habitus* enquanto um conceito multifacetado composto pela *hexis*, que é a forma pela qual o corpo absorve os símbolos necessários para saber a melhor maneira de se comportar em determinado contexto; pelo *ethos*, que são as disposições morais práticas consolidadas de maneira sistemática, lógica e coerente e; o *eidós*, que são os princípios da constituição coletiva da realidade. Ao se refletir que o *habitus*, então, é a junção entre o que levamos em consideração para melhor agir, a partir do contexto e das disposições morais dentro de uma realidade coletiva, temos que não é possível compreender as práticas sociais sem compreendermos antes como se constitui a sociedade e a própria individualidade (BOURDIEU, 2001). Pode-se dizer, então, que *habitus* é a face subjetiva dos agentes e campo é a face objetiva do espaço social que, analisados por meio da sua relação dialética, nos permite compreender como se dão as práticas sociais.

A unidade de trabalho e produção familiar

Uma característica importante para se descrever os meios de vida da agricultura familiar wanderlandiense é a organização familiar para o trabalho, ou seja, como as famílias se organizam internamente para realizar as atividades econômicas relativas à produção agrícola. A organização do trabalho nas famílias da agricultura familiar pode ser compreendida por meio do estudo dos meios de vida camponês realizado por Chayanov, na Rússia. Apesar de analisar um contexto totalmente diferente da atualidade brasileira, a concepção chayanoviana apresenta elementos de uma “atualidade surpreendente” (WANDERLEY, 2014, p. 142) e que auxiliam na proposta desse estudo.

Sendo assim, o primeiro elemento a ser levado em consideração é que a unidade familiar de produção agrícola não deve ser comparada com uma unidade de produção capitalista, visto que possui princípios gerais de funcionamento interno divergentes. Ao contrário de uma empresa capitalista propriamente dita, a unidade familiar não se organiza objetivando a exploração máxima da mais-valia. Sua organização se baseia no trabalho dos próprios proprietários, ou seja, da própria família. Outra característica levantada por Chaynov (2014) para compreensão e categorização dos camponeses é a agricultura como subsistência. Ou seja, é necessário compreender que existem diversos tipos de agricultores familiares: os que possuem na agricultura as características do campesinato de subsistência e os que não possuem na agricultura as características de subsistência. Para realizar essa distinção, utilizo os critérios de equilíbrio da produção versus mão de obra familiar despendida e o critério da contratação de mão de obra para equilibrar a quantidade de produção obtida e os denomino como agricultores familiares de subsistência e agricultores familiares empresariais.

Esses critérios facilitam essa compreensão visto que, quando uma família planeja sua produção para fins comerciais com uma quantidade a ser produzida muito superior à demanda interna de consumo e à oferta interna de mão de obra, passa a haver a necessidade de contratação de mão de obra externa e o escoamento da produção torna-se ainda mais necessário para custear as despesas de sua produção em excedente. Sendo assim, nesse momento, distingo as famílias em dois grupos: a) equilibram mão de obra familiar produtiva com a própria demanda familiar por consumo e não realiza nenhum tipo de contratação de mão de obra para realização da produção de alimentos e b) necessitam de mais mão de obra do que a oferta familiar, visto que produzem além da demanda interna por consumo.

Tabela 1 Famílias com características de agricultura de subsistência

FAMÍLIA	LOCALIZAÇÃO	COMPOSIÇÃO FAMILIAR	RAÇA/COR
F1	P.A. Costa Rica	8	Branca
F2	P.A. Ipê Amarelo	2	Negra
F14	P.A. Costa Rica	4	Negra
F17	Serra de São Félix	2	Branca
F18	Serra de São Félix	3	Negra
F22	P.A. Ipê Amarelo	2	Negra
F24	Serra de São Félix	3	Negra
F25	Serra de São Félix	2	Negra
F26	Serra de São Félix	3	Branca
F28	Correntino	1	Negra
F32	P.A. Estrela	1	Negra
F33	P.A. Costa Rica	6	Negra
F35	P.A. Costa Rica	2	Negra
F39	P.A. Ipê Amarelo	2	Negra

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Tabela 2 Famílias com características de agricultura empresarial

FAMÍLIA	LOCALIZAÇÃO	COMPOSIÇÃO FAMILIAR	RAÇA/COR
F3	P.A. Ipê Amarelo	1	Branca
F4	Araçulândia	3	Branca
F5	Floresta	3	Negra
F8	Serra de São Félix	3	Negra
F13	Vila Matias	3	Branca
F19	Serra de São Félix	3	Negra
F20	Wanderlândia	4	Branca
F21	P.A. Ipê Amarelo	2	Negra
F27	Serra Curta	4	Branca
F29	P.A. Costa Rica	2	Negra
F34	P.A. Costa Rica	3	Branca
F37	P.A. Ipê Amarelo	5	Branca
F38	P.A. Ipê Amarelo	2	Negra

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Os dados sistematizados dessa forma permitem a compreensão da diversidade existente no espaço social que está sendo analisado. Em primeiro lugar, há certa equivalência na quantidade de famílias enquadradas em cada um desses grupos: 14 famílias exercendo uma agricultura mais caracterizada como de subsistência e 13 famílias exercendo uma agricultura que se aproxima mais da empresarial. Outro fator de distinção é a raça: na agricultura de subsistência, 79% são famílias negras; enquanto que, na agricultura empresarial, essa porcentagem cai para 46%. Ao analisarmos esses dados por meio da perspectiva interseccional, é possível identificar as desigualdades sócio econômicas e de acesso à educação vivenciadas pelas pessoas negras, que explicam o fato delas apresentarem características mais voltadas para a agricultura de subsistência.

O acesso à área urbana também é um fator que distingue essas duas categorias de famílias: de um lado são todos residentes de áreas rurais (8 residentes em assentamentos de reforma agrária, 2 residentes em terras de herança, 2 de terras de compra e 1 em assentamento de crédito fundiário); do outro lado estão diversas famílias que possuem

propriedades rurais, mas que residem em áreas urbanizadas. Desse último grupo, outra característica chama a atenção: 7 propriedades são provenientes de compra, 3 de assentamentos de reforma agrária, 2 de herança e 1 de assentamento de crédito fundiário. No entanto, das propriedades de compra, 3 foram adquiridas dentro de assentamentos de reforma agrária. Apesar das transações de compra e venda não serem permitidas pelo INCRA, isso é comum na região por meio de contratos de compra e venda do uso da terra e não da propriedade da terra. A aquisição de terrenos localizados em áreas de reforma agrária é frequente e que possibilita uma maior concentração de terra do que o previsto originalmente na política. No entanto, me detenho a analisar as famílias que o praticaram com o intuito de adquirir uma propriedade rural e não de acumular a que já possui. Como dito anteriormente, das 7 famílias com características empresariais com propriedades em áreas de reforma agrária, 3 não foram beneficiários direto da política pública (F3, F37, F38). As propriedades foram adquiridas por famílias que possuíam o intuito de se inserir na agricultura e tê-la como fonte de renda, mas que não eram proprietárias de áreas rurais. A renda familiar da F3 e da F38, durante a realização do questionário, não era proveniente apenas da agricultura.

Um terceiro grupo é identificado quando analisamos as famílias a partir desses critérios: as que se relacionam com a agricultura apenas como complemento da renda familiar e não como atividade principal. Apesar de possuírem DAP e estarem enquadradas nos critérios de delimitação da agricultura familiar, a principal origem da renda dessas famílias é proveniente do trabalho fixo realizado, em sua maioria, nos órgãos públicos do município. Com essas características, a análise do equilíbrio entre mão de obra familiar utilizada versus demanda por consumo familiar não era suficiente para explicar os seus meios de vida. Durante o período da pesquisa de campo, inclusive, 43% dessas famílias já não realizavam mais qualquer atividade agrícola e se dedicavam, apenas, às atividades remuneradas em áreas urbanas e não agrícolas. Para compreender melhor como funcionam todas as unidades de produção familiar, apresento alguns dados obtidos dos questionários aplicados.

As famílias são compostas, majoritariamente, por duas ou três pessoas. Essas unidades familiares são compostas apenas por um adulto solteiro, são formadas por casais (nas famílias compostas por dois membros) ou pelos casais e seus filhos. Dessas, apenas duas famílias possuem a presença de idosos que recebem cuidados de um dos filhos adultos e nove famílias possuem a presença de crianças com menos 10 anos de idade, que

também necessitam de cuidado constante. Portanto, 27% das famílias estudadas também são compostas por pessoas que dependem diretamente de cuidados e que não contribuem efetivamente com o trabalho familiar, ou seja, com a composição da renda doméstica.

Esses dados permitem a percepção da quantidade de mão de obra que está disponível para o trabalho familiar, visto que, para Chayanov (2014), a tomada de decisão para manutenção ou abandono de determinada prática produtiva se dá pelo cálculo entre desgaste e retorno. Nesse sentido, quanto maior o número de pessoas em idade produtiva dentro da unidade familiar, maior é a tendência de a família permanecer em suas práticas produtivas. O que o autor explica é que é fundamental para se compreender o funcionamento dos meios de vida camponês a relação estabelecida entre o cálculo do consumo versus trabalho familiar. Esse cálculo deve levar em consideração a quantidade de consumidores domésticos e a quantidade de trabalhadores domésticos. Sendo assim, crianças, idosos e doentes são apenas consumidores. Quanto maior a quantidade de filhos homens, maior é a força de trabalho disponível (CHAYANOV, 2014). É possível concluir, então, que 73% das famílias são compostas por membros que equilibram o cálculo de trabalho versus consumo na unidade produtiva familiar.

Outra informação importante é a saída dos jovens da propriedade rural para outras áreas urbanas em busca de melhores condições de emprego ou para acompanhar os cônjuges em casamentos recentes. Essa situação é presente em 20 famílias, ou seja, em 48,8% das famílias pesquisadas, e impacta diretamente na forma como a família se relaciona com o trabalho produtivo, com o acesso às políticas públicas e com a divisão sexual do trabalho. A F4, por exemplo, afirma que a ida do filho para outro estado alterou totalmente a dinâmica familiar, necessitando de uma reorganização das tarefas.

Outra informação resultante dos questionários é a origem, o tamanho e a titularidade das propriedades rurais. Os homens são os titulares em 59% das famílias, as mulheres em 24% e outras pessoas em 17%. Esses dados demonstram que, majoritariamente, as terras são provenientes da Política Nacional de Reforma Agrária, possuem entre 5 e 10 alqueires, ou seja, entre 24,2 e 48,4 hectares de terra e sua titularidade é masculina. A ACM apresenta algumas dualidades referentes a essas características. Tanto no eixo 2, quanto no eixo 3, a dualidade se encontra na titularidade da propriedade rural: quanto mais acima, maior é a tendência de ser masculina, e quanto

mais a baixo, maior é a tendência de a titularidade ser feminina ou de terceiros. O tamanho da terra também pode ser analisado relacionalmente pelo eixo 2: quanto mais acima, mais discrepantes são os tamanhos, ou seja, ou são menores do que 5 alqueires ou são maiores que 15 alqueires; já no lado de baixo, as propriedades possuem entre 5 e 10 alqueires, sendo mais fácil encontrar um padrão mediano entre todas as propriedades. Nesse sentido, a ACM demonstra três dualidades significativas entre as famílias analisadas: de um lado estão as famílias que possuem propriedades advindas do crédito fundiários, com tamanhos muito pequenos ou muito grandes e que a titularidade tende a ser masculina; do outro lado estão as famílias que possuem propriedades rurais advindas da reforma agrária, com um tamanho mediano para as famílias da agricultura familiar e a titularidade das terras tendem a serem femininas. Pode-se inferir, dessa forma, a existência de dois distintos meios de vida camponês ocorrendo na região estudada.

Essa análise pode ser complementada pela titularidade da DAP: os homens são titulares em 56% das famílias, as mulheres em 37% e outras pessoas são as titulares em 7%. É possível perceber que, majoritariamente, as titularidades da DAP são masculinas e, complementarmente, a ACM indica que a titularidade masculina é mais frequente nas famílias com propriedades originárias no crédito fundiário, enquanto que a titularidade é feminina nas propriedades provenientes da reforma agrária. É importante destacar que possuir a titularidade de ambos os documentos pode indicar o protagonismo e o controle na tomada de decisões referentes à atividade produtiva familiar, tal como investigaram Siliprandi e Cintrão (2011), Brumer e Spavanello (2011) e Bruno et al. (2011).

Também é possível notar uma distinção entre as famílias no que diz respeito às atividades produtivas: de um lado do espaço social – mais acima – estão as famílias que produzem e comercializam produtos in natura (como milho, abóbora, melancia e hortifrutigranjeiros), enquanto que do outro lado – mais abaixo – estão as famílias que produzem e processam seus produtos, comercializando polpas de frutas, temperos etc. Essa dualidade apresentada pela ACM possibilita uma análise mais aprofundada relativa aos meios de vida dessas famílias. Enquanto a venda de produtos in natura exige uma organização familiar específica para o trabalho, a realização de processamento de produtos exige um outro grupo de atividades que demandam, conseqüentemente, em uma forma de organizar o trabalho familiar.

Uma característica que me chamou atenção no trabalho de campo foi a organização do horário de trabalho para as atividades agrícolas. Aguiar (2020) já havia explicado que “em locais próximos ao meio rural, na ausência ou escassez de relógios, são utilizados sinais naturais importantes, demarcando o tempo de cuidado da lavoura, de acordo com a luz do sol” (AGUIAR, 2020, p. 52). Essa organização do tempo é diferente para as famílias que trabalham com produtos processados, visto que o processamento se dá, em todos os casos, em áreas cobertas. Portanto, a fabricação de farinha, de polpas de frutas, de pães e de temperos continua sendo realizada nesses horários não utilizados pelo trabalho com os produtos in natura. Na verdade, essa organização gera uma dupla jornada para as famílias que comercializam seus produtos processados. A quantidade de famílias que comercializam cada tipo de produto, é: hortifrutigranjeiros (22); frutas (18); abóbora (17); mandioca (16); milho (13); farinha (8); frango (8); polpa de frutas (8); produtos processados (7); banana (7); coco verde (7); alface (6); melancia (6); cheiro verde (5).

Em primeiro lugar, encontram-se os produtos classificados como hortifrutigranjeiros. Foram categorizados com essa nomenclatura uma grande diversidade de produtos que só apareceram uma ou duas vezes, como carne, ovos, gergelim, inhame, jiló e outros. Sendo assim, os produtos que são comercializados com maior frequência são as frutas, a abóbora, a mandioca e o milho. Esses produtos são capazes de traduzir adequadamente a produção da agricultura familiar e, conseqüentemente, os seus meios de vida na região. Isso pelos seguintes motivos: as frutas comercializadas são tipicamente regionais, como cajá, goiaba, acerola, cupuaçu, caju, abacaxi, laranja, limão e maracujá, e demandam um número reduzido de investimentos e de alocação de mão de obra especializada. Produtos como abóbora, mandioca e milho são os de cultivo mais frequente na agricultura familiar tocantinense devido às condições climáticas e de qualidade de solo. Além disso, exigem pouca dedicação diária, demandando mão de obra intensa apenas nos momentos de plantio e colheita.

A emissão dos selos de inspeção para comercialização dos produtos de origem animal e processados também é outro fator de diferenciação entre as famílias. Das 41 famílias participantes da pesquisa, apenas 10% possuem algum tipo de selo de inspeção emitido pelos órgãos competentes: vigilância sanitária municipal; agência de defesa agropecuária (ADAPEC-TO) ou o emitido pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para a comercialização entre estados da federação. As famílias

que não possuem os selos de inspeção, se justificam utilizando os seguintes argumentos: falta de interesse/sem necessidade (41%); falta de informação (27%); dificuldade de acesso ao selo (11%); excesso de burocracia (5%) e não sabiam dizer o motivo (16%).

Nota-se que, apesar de 41% das famílias não possuírem o selo por falta de necessidade, visto que não comercializam produtos processados ou de origem animal, ainda é expressiva a quantidade de famílias que não o fazem por falta de informações. Se adicionarmos a esses 27%, as famílias que não sabem dizer porque não realizaram sua emissão, temos um total de 43%. Isso pode representar uma tendência à falta de compreensão sobre a legislação vigente e as normas estatais que pesam sobre o trabalho da agricultura familiar. Além dessa característica, 16% das famílias também não os possuem devido ao excesso de exigências que dificultam que ele seja acessado por um número maior de famílias. Assim, apesar de terem sido inseridos a nível jurídico desde os anos 1990, tal como expõe Garcia Jr. (1983), não é sinônimo de inserção prática na vida cotidiana. O acesso às políticas públicas permite um processo de mudança social que deveria inseri-los não apenas no nível jurídico, mas também no nível prático e cotidiano.

Apesar dessa situação, as famílias que possuem os selos de inspeção explicam que o possuem devido à exigência para comercialização (75%) e por possuírem visão de futuro (25%). Pode-se afirmar, então, que o acesso às políticas públicas permitiu que um grupo reduzido de famílias fossem também inseridas no nível prático e cotidiano, ao invés de apenas no nível jurídico. Dessa forma, a obtenção dos selos de vigilância sanitária também é característica de oposição entre os lados: de um lado – mais acima – estão as famílias que não os possuem devido à falta de informações, enquanto que, do lado oposto – mais abaixo –, estão as famílias que os possuem devido às exigências para comercialização dos produtos e, quando as famílias não os possuem, a tendência é de o motivo ser o excesso de burocracias.

A divisão sexual e geracional das tarefas

Apesar de esclarecer que a organização do trabalho familiar é peça fundamental na formação dos meios de vida camponês, Chayanov (2014) não apresenta como essa organização ocorre por meio dos traços de gênero e de geração.

A especificação de gênero e geração feita pelo autor é que, a depender do número de filhos homens em idade produtiva, maior é o índice de produtividade familiar, visto que o desgaste com a realização do trabalho é melhor distribuído entre os membros da

família. O que não ocorre caso o número de filhas mulheres seja maior do que o de filhos homens. Nota-se, portanto, que, ao descrever as características da economia camponesa, Chayanov (2014) o faz a partir da perspectiva já criticada pelos estudos feministas: a do trabalho feminino ser o de ajuda ao trabalho masculino.

Estudos já realizados demonstram a importância de se descrever e elucidar o trabalho realizado pelas mulheres como componentes da contabilidade familiar e não apenas como ajuda ao trabalho masculino (PAULILO, 2016; BRUMER, 2004; BUTTO, 2011; AGUIAR, 1984). Bourdieu (2011), inclusive, explica que a ordem masculina possui uma força tão intensa sobre a organização da sociedade que dispensa explicação ou descrição. É essa ordem tida como natural, que os estudos feministas procuram desconstruir com o intuito de visibilizar a existência do trabalho feminino e que, portanto, não seria diferente nos estudos rurais.

A maior parte das unidades familiares é composta, atualmente, apenas pelos casais (representa 39% das famílias). As famílias unipessoais representam 19,51%, ou seja, 8 famílias são compostas por apenas um membro adulto. Nesse caso, 6 unidades familiares são compostas apenas pelo homem e 2 unidades apenas por mulheres adultas. Esses números podem indicar uma tendência ao envelhecimento desse local, acompanhando a tendência nacional do aumento do número de idosos em decorrência da diminuição do número de jovens (IBGE, 2021).

Ao mesmo tempo, é possível identificar a presença de unidades familiares composta por casais e crianças (5); casais e jovens do sexo feminino (4); casais e jovens do sexo masculino (2); casais e jovens de ambos os sexos (4) e casais mais jovens e idosos (1). Se levarmos em consideração a perspectiva chayanoviana de compartilhamento do trabalho familiar para redução do desgaste, aumento da ação produtiva e equilíbrio entre consumo e produção, pode-se inferir que 24% das famílias se encontram em desequilíbrio produtivo, ou seja, 10 unidades familiares possuem mais consumo do que mão de obra para equilibrar a produção. As autoras Jesus, Wajman e Turra (2020) explicam essa composição da unidade familiar “desequilibrada” por meio da compreensão da lógica da dependência econômica. Essa perspectiva descreve que os indivíduos passam por dois períodos de dependência econômica: durante a infância e a velhice (JESUS, WATJMAN e TURRA, 2020).

No entanto, ao levarmos em consideração os estudos da economia feminista e da divisão sexual do trabalho, precisamos reconhecer que esse desequilíbrio tende a ser ajustado pela sobrecarga de trabalho realizada pelas mulheres. A transferência geracional, inclusive, também tende a ser cumprida por elas. Tendo isso em vista e baseada na sugestão metodológica de Aguiar (1984), parte do questionário com as famílias objetivou saber quem realizava cada tarefa na unidade produtiva familiar. Essas tarefas foram organizadas entre: atividades domésticas; atividades que contribuem para o sustento da família; atividades comerciais, relacionadas com a compra e venda de bens.

Com relação às atividades domésticas, foram elencadas as seguintes tarefas: preparar a alimentação da família; limpeza da cozinha; limpeza da casa; limpeza da área externa; cuidado com a roupa; cuidado com as crianças; fazer compras para alimentação e limpeza da casa; e cuidar dos animais domésticos. Os resultados foram os seguintes:

Tabela 3 Divisão sexual e geracional das atividades domésticas²

Atividades domésticas	HJ	C	C H J	C M J	H A	M A	MA MJ	MA AJ	M J	T F	P F	N S A
Preparar a alimentação	-	3	-	-	9	26	-	-	-	3	-	-
Limpeza da cozinha	-	2	-	-	6	22	4	1	3	2	1	-
Limpeza da casa	-	2	-	-	6	22	3	2	3	2	1	-
Limpeza da área externa	2	5	-	-	15	12	-	4	-	3	-	-
Cuidado com as roupas	-	2	-	1	2	28	5	-	-	-	3	-
Cuidado com as crianças e idosos	-	3	-	1	1	3	-	-	-	-	1	32
Fazer compras para a alimentação e limpeza da casa	-	14	-	2	9	13	-	-	-	1	2	-
Cuidar dos animais domésticos		12	3	1	7	9				2	2	5

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

É possível notar o protagonismo feminino nas tarefas domésticas. Excetuando-se o cuidado com os animais domésticos, em que a tendência do trabalho é a de ser compartilhado entre os casais, e a limpeza da área externa (terreiros e quintais), em que o protagonismo é masculino, as demais atividades que são realizadas no espaço interno das residências, todas são realizadas pelas mulheres adultas, sem compartilhamento entre os membros da família. Ou seja, o cuidado com alimentação da família, com as roupas e com a limpeza da casa sempre é protagonizado pelas mulheres. Essa tendência mostra características semelhantes às analisadas pela teoria bourdieusiana de que o mundo social

² HJ: Homem jovem; C: Casal; CHJ: Casal e homem jovem; CJ: Casal e algum jovem; CMJ: Casal e mulher jovem; HA: Homem adulto; HAHJ: Homem adulto e homem jovem; MA: Mulher adulta; MAMJ: Mulher adulta e mulher jovem; MAAJ: Mulher adulta e algum jovem; MJ: Mulher jovem; TF: Todos da unidade familiar; PF: Pessoa de fora da unidade familiar; NSA: Não se aplica

se constrói a partir de dualidades vinculadas diretamente ao sexo de seus responsáveis. Em seu “esquema sinóptico das oposições pertinentes” (BOURDIEU, 2011, p. 19), é possível identificar essa tendência em que as mulheres rurais estão em lados opostos aos dos homens, tanto na casa, quanto na responsabilização de tarefas produtivas (galinha versus gado, casa versus mercado, cozinha versus sala). Apenas o ato de fazer compras para as despesas da casa que, quando não compartilhado pelos casais, tende a ser considerado uma tarefa feminina. Ou seja, insere as mulheres no espaço público mais do que os homens. No entanto, a explicação para isso ocorrer é que, como o assunto permanece sendo do espaço privado, ou seja, fazer compras para a casa, ela permanece sendo uma tarefa feminina, mesmo que realizada no espaço público. Essas outras distinções ficarão mais claras no decorrer deste texto.

Continuando a percepção da divisão do trabalho nas atividades domésticas, é possível perceber que, em uma família, o cuidado com as crianças e idosos é delegado à uma pessoa externa à unidade familiar. A delegação dessa responsabilidade se dá pelo fato de a família residir na área urbana do município e a mulher adulta da família, ou seja, a mãe, ser servidora pública municipal e passar o dia fora de casa. O que ocorre é que, como o pai também passa o dia realizando as atividades produtivas na propriedade rural, quem passa a maior parte do tempo com a criança é uma parente dessa mãe. Soares (2020) explica que isso é comum nas famílias em que a mulher precisa dividir seu tempo entre os cuidados domésticos e o acesso ao mercado de trabalho. Nas demais famílias em que não há delegação dessa tarefa, ou ela é compartilhada entre os demais membros da família ou a tendência é de a mulher conciliar essa e as demais funções.

No que diz respeito às atividades que contribuem para o sustento da família³, a tendência é de o compartilhamento ocorrer com maior frequência. A tabela 4 demonstra esses dados.

³ O uso do termo sustento da família não exclui a importância das atividades domésticas como cruciais para o funcionamento da rotina familiar e, conseqüentemente, ao sustento da família.

Tabela 4 Divisão sexual e geracional das atividades que contribuem com o sustento familiar

Atividades domésticas	H J	C	CH J	H A	HA HJ	M A	M J	T F	P F	NS A
Cuidados com a horta/canteiro	-	6	-	6	1	13	1	2	-	12
Cuidados com o pomar	1	8	1	18	1	3	-	1	1	7
Cuidados com os pequenos animais	1	9	1	14	1	10	-	1	-	4
Cuidados com os grandes animais	1	-	1	27	1	-	-	1	1	14
Cuidado com a roça/lavoura	1	3	-	23	3	-	-	1	-	10

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

É possível perceber que, majoritariamente, as atividades que contribuem diretamente para o sustento familiar são protagonizadas pelos homens adultos. Ao analisarmos isoladamente cada uma dessas atividades, a divisão segue o mesmo padrão de diversos estudos realizados em outras regiões (AGUIAR, 1984; GARCIA, 1992; PRIORI e VENÂNCIO, 2006; HEREDIA, 2013; BUTTO et al., 2014; PAULILO, 2016; PAULILO, DE GRANDI e SILVA, 2016; ZARZAR, 2017; PETARLY e PEDROSO NETO, 2021): os cuidados com as hortaliças nas hortas ou nos canteiros tendem a ser realizados pelas mulheres, enquanto que o cuidado com os grandes animais e com a roça/lavoura tende a ser protagonizado pelos homens. Apesar de esses dados exporem essa situação, preciso reconhecer que é difícil acreditar que nenhuma mulher cuide efetivamente das atividades da roça. Essas respostas podem ser explicadas principalmente por Paulilo (1987), que descreveu detalhadamente que as famílias traduzem a participação das mulheres nesse tipo de atividade como ajuda aos maridos e não a realizadora do trabalho produtivo em si. Bourdieu (2011) e Esmeraldo (2010) defendem, inclusive, que afirmar que as atividades tidas como principais para o sustento da família (como o trabalho no roçado, para a agricultura familiar) são responsabilidades masculinas, garantem a manutenção da honra masculina diante da aprovação social. Moraes (2020) também afirma que essa invisibilidade do papel das mulheres rurais nesse processo produtivo se constitui como:

Uma dupla invisibilidade do trabalho por se tratar de um processo cotidiano de apagamento da centralidade das tarefas femininas na produção agropecuária, considerada frequentemente como ajuda ao que se considera como “trabalho de homens na roça”, por meio da subjugação do trabalho doméstico e de cuidados à categoria do não trabalho” (MORAES et al., 2020, p. 175-176).

Como dito anteriormente, são diversos os estudos que apresentam unidades de produção familiar em que as mulheres são protagonistas dos espaços dos quintais (BUTTO et al., 2014; ZARZAR, 2017). Essa realidade não foi encontrada nessa região de estudo. De acordo com esses dados, o que na região estudada se denomina como quintal (local onde se encontra os pomares) permanece com o protagonismo masculino.

A consolidação dos dados dos questionários também permite compreender a divisão sexual e geracional das atividades comerciais e relacionadas à compra e venda de bens e produtos.

Tabela 5 Divisão sexual e geracional das atividades comerciais e relacionadas a compra e venda de bens

Atividades domésticas	H J	C	CH J	CM J	HA	HA HJ	MA	MJ	TF	PF	NSA
Compra e venda de gado	-	-	-	-	18	-	1	-	-	1	21
Compra e venda de pequenos animais	-	2	-	-	14	-	9	-	1	-	15
Venda da produção no comércio local	1	7	1	-	11	1	6	-	-	1	13
Venda da produção na feira	-	5	-	-	4	-	1	-	-	-	31
Entrega dos produtos à prefeitura	-	2	-	2	6	1	4	-	-	-	26
Processos burocráticos para obtenção dos selos	-	1	-	-	3	-	1	1	-	-	35
Controle de despesas e receitas da produção	-	5	-	-	8	-	3	-	-	1	24
Compra de insumos para a produção	-	6	-	-	19	-	4	-	1	1	10
Quem vai pagar as contas mensais na área urbana	-	13	-	-	14	-	9	-	2	2	1

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Excetuando a compra e a venda de gado, é possível perceber um alto índice de compartilhamento de tarefas entre os adultos e os jovens. O que demonstra que a tendência é de permitir aos jovens o trabalho considerado administrativo ou burocrático, ou seja, aquelas tarefas que demandam lidar com documentação formal, contratos, notas fiscais etc. Na relação comercial, os jovens ocupam o espaço de venda no comércio local e na entrega de produtos na prefeitura, enquanto que a comercialização nas feiras tende a ser realizada pelos adultos e, principalmente, compartilhada entre os casais.

Com relação a essa divisão sexual e geracional descrita, as famílias responderam com quem ou em qual lugar elas aprenderam a dividir as tarefas dessa forma: no dia a dia (39%); com a família (29%); com a convivência (10%); pela necessidade (10%); com formação política (7%); pela religiosidade (5%). Nota-se um alto índice de famílias que reconhecem que o aprendizado para a organização do trabalho familiar se deu a partir da relação rotineira entre os membros da família. Isso ocorre visto que, ao comporem uma nova unidade familiar, por meio do casamento, dois *habitus* familiares distintos se aproximam e demandam sua reconversão para um novo *habitus*.

Como dito anteriormente, quando as origens são distintas, os *habitus* de cada membro da família passam um processo de reconversão e adaptação para um novo *habitus* familiar. Bourdieu (2011) já afirmava que a família e a Igreja são os principais reprodutores da divisão sexual do trabalho e das representações sociais que ela implica.

Dessa forma, podemos inferir que os meios de vida nesse espaço social analisados são, também, construídos e reproduzidos pela transmissão geracional familiar.

As famílias que aprenderam em eventos de formação política (F9, F13 e F15) não apresentam em suas respostas tendências ao compartilhamento de tarefas, como se poderia imaginar. Essas famílias apresentam características de reprodução da divisão sexual do trabalho em que as mulheres são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e de reprodução da vida, enquanto os homens são os principais responsáveis pelas tarefas produtivas.

De uma maneira geral, a ACM apresenta algumas análises interessantes para se pensar o espaço social como um todo. Há uma forte estrutura que hierarquiza e distingue os responsáveis pelas tarefas na unidade produtiva familiar a partir das marcas de gênero e geração: jovens nas tarefas administrativas, mulheres nas tarefas de cuidado e reprodução da vida e homens nas tarefas comerciais.

É possível falar no delineamento de um *habitus* da agricultura familiar?

Após essa apresentação analítica dos dados levantados no campo e analisados a partir da Análise de Correspondência Múltipla, é possível sistematizar algumas características que compõem os meios de vidas das famílias da agricultura familiar de Wanderlândia e começar a delinear, com as lentes teóricas da teoria bourdieusiana, o espaço social e seus respectivos *habitus*. Metodologicamente, para auxiliar nessa caracterização, utilizarei a distinção entre eidos, ethos e hexis, teorizados por Bourdieu (2013) e sistematizados por Malvezzi (2018).

No decorrer deste capítulo, ao caracterizar a unidade de trabalho e produção familiar e a divisão sexual e geracional do trabalho foi possível delinear distintos posicionamentos no espaço social. Esse delineamento, possível através da objetivação do espaço das famílias de Wanderlândia via ACM, é realizado por meio da aproximação e do distanciamento entre as famílias a partir de suas próprias características. Levando em consideração a ideia de tipos ideais⁴ – instrumento weberiano para possibilitar análises comparadas – é possível delinear dois constructos desses possíveis *habitus* familiares. Esses grupos típicos distintos de famílias, podem ser organizados nas características dos Grupos 1 e 2:

⁴ Vide Max Weber (1982).

Grupo 1 – Composto por tipos distintos de famílias: as uniparentais, compostas apenas pelos homens adultos, e as famílias formadas por mais de um adulto. No geral, as famílias localizadas nesse grupo são residentes na Serra de São Felix e conquistaram suas propriedades por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário, com tamanhos que variam entre menores que cinco ou maiores que dez alqueires e sua titularidade é masculina. As famílias não participam de organizações sociais coletivas e não possuem selos de inspeção para comercialização de determinados produtos devido à falta de informação sobre o assunto. Como parte dessas famílias são uniparentais, a tendência é que o protagonismo nas tarefas produtivas, administrativas, comerciais e financeiras seja majoritariamente masculino. Nas demais famílias que são compostas por mais de um membro é comum o compartilhamento de tarefas entre os casais ou entre todos os membros das famílias. Esse subgrupo de famílias apresenta uma divisão bem delimitada na divisão das tarefas administrativas: o critério de divisão tende a ser geracional, ou seja, há um número expressivo de jovens que se responsabilizam por essas tarefas, provavelmente pela baixa escolaridade dos seus pais. Nesse grupo 1, a divisão de tarefas foi aprendida por meio da transmissão geracional vindas de suas mães. Famílias que fazem parte desse grupo: F7 – F19 – F24 – F26 – F27.

Eidos (Conhecimento)	Ethos (ética e moral)	Hexis (corpo)
*não realizaram cursos para aprimoramento da atividade produtiva	*Filhos trabalham e residem nas unidades familiares	* mulheres, quando presentes, se posicionam distantes ao gravador e distante da pesquisadora
*baixo acesso à educação formal	*Filhos compartilham atividades burocráticas e administrativas	* mulheres, quando presentes, evitam responder ao questionário

Quadro 1 Características do habitus familiar do Grupo 1

Fonte: Elaborado pela autora.

Grupo 2 – Composto pelas famílias que residem nos assentamentos de reforma agrária e possuem propriedades com tamanhos médios de 7,5 alqueires. A titularidade das propriedades rurais é feminina ou compartilhada entre os casais. Os casais participam juntos de organizações coletivas e possuem selos de inspeção para comercialização de determinados produtos. Quando o protagonismo não é majoritariamente feminino, os casais também compartilham as tarefas produtivas, administrativas, comerciais e financeiras. Além disso, nesse grupo de famílias, as tarefas consideradas produtivas, realizadas para o sustento familiar, são protagonizadas pelas mulheres, inclusive as realizadas fora da propriedade rural. Esse grupo é composto por famílias com maior acesso à educação formal o que pode justificar o fato de possuírem selos de inspeção para

comercialização de seus produtos. Nesse grupo, o aprendizado para a divisão das tarefas veio do próprio cotidiano familiar. Famílias que fazem parte desse grupo: F8 – F11 – F12 – F13 – F15 – F16 – F21 – F36.

Eidos (Conhecimento)	Ethos (ética e moral)	Hexis (corpo)
*cursos para obtenção dos selos de inspeção	*Filhos trabalham e residem em áreas urbanas, fora das unidades familiares	* mulheres se posicionam próximo ao gravador e próximo ao pesquisador
*acesso a níveis superiores de educação formal	*Não há divisão geracional de tarefas	* mulheres participam ativamente das respostas ao questionário

Quadro 2 Características do habitus familiar do Grupo 2

Fonte: Elaborado pela autora.

Considerações finais:

Essas dualidades entre os grupos de famílias podem consolidar a existência das múltiplas ruralidades existentes dentro do meio rural, principalmente quando o analisamos como um espaço de vida. Como apontado pela bibliografia, a identidade do que é o meio rural se dá pelo pertencimento dos indivíduos a uma dada localidade e na forma com que o indivíduo residente desse meio lida com o espaço e com os seus símbolos culturais. Sendo assim, por ser o resultado de um conjunto de condições que antecipa práticas, reproduz estruturas e é coletivamente orquestrado, posso dizer que é possível caracterizar a existência de dois *habitus* distintos: um mais próximo das características descritas no Grupo 1 e outro mais próximo das características descritas no Grupo 2. As distinções apresentadas nesse artigo podem caracterizar a existência de dois campos sociais e de seus respectivos *habitus* que, quando postos um em relação ao outro, apresentam diversas intersecções, como história de vida, representação do lugar em que vivem e forma como se relacionam com as políticas de estado.

Como foi dito no início desse trabalho, o seu principal objetivo foi compreender quem eram as famílias que participaram da pesquisa, reconhecer seus *habitus*, caracterizar seus meios de vida e organizá-los dentro do espaço social analisado. Assim, essa pesquisa preenche uma lacuna existente nos estudos que se dedicam ao espaço rural tocantinense permitindo um novo ponto de partida. Esse estudo possibilita, inclusive, a realização de novos estudos que compreendam, por exemplo, a relação dessas famílias com políticas públicas; as alterações de *habitus* ocasionadas por fatores como acesso às políticas de inclusão produtiva ou, até mesmo, alterações ocorridas em decorrência da Pandemia da COVID-19.

Referências Bibliográficas:

- AGUIAR, N. Um guia exploratório para a compreensão do trabalho feminino. In: AGUIAR, N. (Org.) *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- AGUIAR, N. F. Precursores dos estudos de usos do tempo no Brasil. In: MELO, H. P.; MORAES, L. L. (Orgs.). *A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.
- BONNET, P. LEBARON, F. LE ROUX, B. 2015. L'espace culturel français. In: Lebaron, F. Le Roux, B. *La méthodologie de Pierre Bourdieu en action: espace culturel, espace social et analyse des données*. Paris: Dunod, 2015
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, P. *Esboço de uma teoria prática, precedido de três estudos de etnologia Cabila*. Oeiras: Celta Editora, 2002.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas, sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 2008.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 10ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BOURDIEU, P. *O senso prático*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013a.
- BRUMER, A. *Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul*. Estudos Feministas, 2004.
- BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. Entre o sonho e a realidade: o crédito rural para as mulheres da agricultura familiar na região sul do Brasil. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.) *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: MDA, 2011.
- BRUNO, R.; AQUINO, S. L.; JALIL, L.; JUNIOR, V. J. W.; BORDALO, C. Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.) *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: MDA, 2011.
- BUTTO, A. Políticas para mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.) *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: MDA, 2011.
- BUTTO, A., DANTAS, C., HORA, K., NOBRE, M. FARIA, N. *Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.
- CARVALHO, G. S.; PEDROSO NETO, A. J. *O Programa de Aquisição de Alimentos no Tocantins: as condições sociais de realização de mercado com práticas de acesso individuais e coletivas*. REDES, v. 21, n° 3, p. 258-276, set/dez, 2016.
- CHAYANOV, A. V. A teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, H. M. (Org.) *Chayanov e o campesinato*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1° ed., 2014.
- ESMERALDO, G. G. S. L. Ruídos com marcas de transgressões ancoradas em mulheres assentadas. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. *Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil*. Brasília: NEAD, 2010.
- GARCIA JR, A. R. *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1983.
- GARCIA, M. F. *O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no nordeste do Brasil*. Rev. bras. Ci. Soc. v.7 n.19 Rio de Janeiro jun. 1992.
- GHIGLIONE, R.; MATALON, B. *O inquérito: teoria e prática*. 2ª ed. Oeiras: Celta Editora,

- HEREDIA, B. M. A. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2013.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Resultados definitivos do CENSO Agropecuário 2017*. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html
Acesso em 26 de janeiro de 2021.
- LEBARON, F. *La culture économique entre école, Science et politique dans la France contemporaine*. These pour le doctorat de Sociologie. École des hautes études en Sciences Sociales. Paris, France. 1996.
- MALVEZZI, A. M. *As ambivalências do gosto: repensando os limites da teoria bourdieusiana do habitus à luz da dimensão estética*. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2018.
- MORAES, L. L.; PONTES, N. L. M. T.; SIEBER, S. S.; FUNARI, J.; NASCIMENTO, N. M. S.; MARQUES, P. L. Metodologias, trabalho e uso do tempo: compreendendo a rotina de mulheres rurais. In: MELO, H. P.; MORAES, L. L. (Orgs.). *A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.
- PAULILO, M. I. S. *O peso do trabalho leve*. Revista Ciência Hoje, n° 28, 1987.
- PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. In: PAULILO, M. I. S. *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora UFSC, 2016b.
- PAULILO, M. I.; De GRANDI, A. B.; SILVA, M. M. Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão. In: PAULILO, M. I. *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.
- PETARLY, R. R.; PEDROSO NETO, A. J. *Os agricultores familiares e o significado social do dinheiro do programa nacional de alimentação escolar*. Oikos: Família e Sociedade em Debate, v. 32, n. 1, p. 245- 272, 2021.
- RIBEIRO, V. S.; FINCO, M. V. A. *Biodiesel e agricultura familiar no Tocantins: uma análise a partir da teoria dos conjuntos Fuzzy*. Revista ESMAT, v (6)8, pp. 167-180, dec. 2015.
- SEGURA, E. A. A.; RODRIGUES, W.; CASTRILLON, C. A. R. *Impacto de las políticas agrícolas de comercialización en la agricultura familiar de la region sur del estado de Tocantins*. Redes, v (21)3, pp 97-120, outubro de 2016.
- SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. *As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)*. Revista Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 18 (2): 12-32, 2011.
- SOARES, C. A importância das informações de uso do tempo para os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações sobre as pesquisas domiciliares oficiais. In: MELO, H. P.; MORAES, L. L. (Orgs.). *A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- ZARZAR, A. L. B. *Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista*. Tese (Doutorado), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2017.
- WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: CARVALHO, H. M. (Org). *Chayanov e o campesinato*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1ªed., 20